



**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
PARADOXO ENTRE OPORTUNIDADE E OPORTUNISMO**

PUBLIC POLICIES TO GENERATE EMPLOYMENT AND INCOME: SOLIDARITY ECONOMY IN THE
PARADOX BETWEEN OPPORTUNITY AND OPPORTUNISM

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA GENERACIÓN DE TRABAJO Y RENTA: ECONOMIA SOLIDÁRIA EN
EL PARADOJO ENTRE OPORTUNIDAD Y OPORTUNISMO

Marcio Pascoal Cassandre
mcassandre@hotmail.com
FECEA

Carine Maria Senger
carine.senger@gmail.com
FECEA

Wagner Roberto do Amaral
wramaral2011@hotmail.com
UEL

Emilia Vella Falleiros Neta
milavfn@hotmail.com
FECEA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARADOXO ENTRE OPORTUNIDADE E OPORTUNISMO

Resumo

Com o advento do globalismo e das políticas neoliberais, o Brasil conhece uma de suas maiores crises, resultando maior agravamento dos níveis de desemprego no país. A informalização e a precarização do trabalho tornam-se enfáticas, levando o trabalhador a submeter sua força produtiva a salários menores e a sofrer a redução de vários direitos sociais, forçando o governo federal a desenvolver políticas públicas de apoio ao contingente à margem do mercado de trabalho. Nessa seara de iniciativas civis tem se desenvolvido modelos diferenciados para estruturação dos meios populares de produção, oportunizando o fortalecimento do associativismo, de empresas autogeridas, do comércio justo e de bancos comunitários, baseados nos conceitos de autogestão, cooperação, equidade e sustentabilidade. Esses pilares da economia solidária fundam as lógicas de diversas formas de organização de alternativas coletivas que apontam para outra dinâmica da economia, voltada ao desenvolvimento justo e sustentável. O presente trabalho tem a intenção de refletir sobre as iniciativas de economia solidária no Brasil e as políticas públicas para a geração de emprego e renda, tendo como objeto de análise os empreendimentos da região do Vale do Ivai-PR. Com base em entrevistas e visita aos municípios dessa região, percebeu-se que, apesar da economia solidária ser portadora de uma perspectiva teórico-política crítica do sistema capitalista com vistas à sua superação, ainda não se pode creditar a ela a capacidade de rompimento com o atual sistema. Não se pode encontrar nem mesmo evidências de condições concretas para uma revolução social explícita e declarada, fato este constado em virtude da existência de constante dependência e vínculos em relação ao atual sistema.

Palavras-chave: Desemprego; Políticas Públicas; Economia Solidária; Emprego e renda.

Abstract

With the advent of globalism and neo-liberal policies, Brazil suffered through one of its greatest crisis, resulting in a deepening in the levels of unemployment in the country. Informalization and the decrease of quality in the workplace became significant, leading workers to submit the productive force to smaller salaries and to suffer the reduction of several social rights, forcing the federal government to develop public policies of support to the contingent on the margin of the workplace. In the field of civil initiatives differentiated models have been developed towards the structuring of popular means of production, creating opportunities for the strengthening of associativism, self-managed companies, fair trade and community banks, based on the concepts of self-management, cooperation, equity and sustainability. These pillars of solidary economy point to a different economics dynamic, heading towards fair and sustainable growth. The present work has the intention to make reflections regarding the initiatives of solidary economy in Brazil and the public policies for the generation of jobs and income, with the object of analysis the undertakings of Vale at Ivai-PR. Based on interviews and visiting to the towns in the region, there is the perception that despite the fact that solidary

economy has a critic theoretical-political perspective of the capitalist system seeking to overcome it, it is still not possible to credit it with the capacity to break away from the current system. It is not even possible to find evidences of concrete conditions for a social revolution that is explicit and declared, a fact noticed due to the existence of a constant dependence as well as links to the current system.

Keywords: Unemployment; Public Policies; Solidary Economy; Employment and profit.

Resumen

Con el advenimiento del globalismo y de las políticas neoliberales, Brasil conoce una de sus mayores crisis, resultando mayor agravamiento de los niveles de desempleo en el país. La informalización y la precariedad del trabajo se han resultado enfáticas, llevando al trabajador a someter su fuerza productiva a salarios menores y a sufrir la reducción de varios derechos sociales, forzando al gobierno federal a desarrollar políticas públicas de apoyo al contingente al margen del mercado de trabajo. En este ámbito de iniciativas civiles, se han desarrollado modelos diferenciados para estructuración de los medios populares de producción, creando la oportunidad al fortalecimiento del asociativismo, de empresas auto gestionadas, del comercio justo y de bancos comunitarios, basados en los conceptos de auto gestión, cooperación, equidad y sustentabilidad. Esos pilares de la economía solidaria fundan las lógicas de diversas formas de organización de alternativas colectivas que apuntan para otra dinámica de la economía, direccionada al desarrollo justo y sustentable. El presente trabajo tiene la intención de reflexionar sobre las iniciativas de economía solidaria en Brasil y las políticas públicas para la generación de empleo y renta, teniendo como objeto de análisis el emprendimiento de la región del Vale de Ivaí-PR. A partir de entrevistas y visita a los municipios de esa región, se notó que, no obstante a que la economía solidaria es portadora de una perspectiva teórico-política crítica del sistema capitalista con vistas a la superación, aún no se puede acreditar a ella la capacidad de rompimiento con el actual sistema. No se puede encontrar ni mismo evidencias de condiciones concentradas para una revolución social explícita y declarada, hecho que se constató como consecuencia de la existencia de constante dependencia y vínculos en relación al actual sistema.

Palabras clave: Desempleo; Políticas Públicas; Economía Solidaria; Empleo y renta.

1 INTRODUÇÃO

Os projetos de extensão tecnológica empresarial possibilitam, tanto a acadêmicos, quanto a professores um universo de informações que ampliam o conhecimento e favorecem a comunidade. Um desses projetos¹ teve como foco conhecer, diagnosticar, formar e aprimorar empreendimentos de alcunha popular com base na perspectiva da economia solidária e conhecer as políticas públicas que envolvem seu desenvolvimento como meio organizacional de produção e geração de trabalho e renda. Por meio do contato teórico e da coleta empírica de dados oferecidos por esse projeto, foi possível elaborar algumas impressões sobre a temática economia solidária.

A ideia da economia solidária não é nova. Conforme Singer (2002) e Santos (2002), seu início é contemporâneo ao capitalismo industrial na Grã-Bretanha, ocorrido pela influência dos socialistas utópicos, entre eles, Owen, Fourier, Buchez e Proudhon, justamente pela onda de desemprego que a industrialização causou na época. Para esses autores, as origens da economia solidária são coincidentes com a origem do cooperativismo.

Já, no Brasil, a economia solidária surge em 1980 e se fortalece a partir de meados dos anos de 1990. A crise do desemprego em massa da época foi o que impulsionou o seu desenvolvimento e continuidade até os dias atuais.

França-Filho e Laville (2004, p.149) descrevem a ES no Brasil.

No Brasil a economia solidária tem servido para identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular, na maioria dos casos) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas. Na maioria das vezes, os debates suscitados por estas experiências articulam-se em torno de empregos que elas criam. Esta é a razão pela qual esse termo aparece na maior parte dos casos associado às novas formas de trabalho e de geração de renda.

Assim, a economia solidária passa a ser vista como proposta viável para a geração de trabalho e renda, fomentando um debate em torno da possibilidade de enfrentamento à economia capitalista, tendo em vista as experiências bem-sucedidas e enraizadas em profundas formas de organização política e comunitária, apesar de localizadas. A economia solidária desperta os interesses de governos

¹ O presente artigo é resultado e disseminação do projeto de extensão universitária *Programa de diagnóstico, formação e aprimoramento de pequenos empreendimentos do setor têxtil, vestuário e calçados da região do Vale do Ivaí, com base na perspectiva da Economia Solidária*, vinculado à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA), contando com recursos do Programa Universidade Sem Fronteiras do Governo do Estado do Paraná, sendo desenvolvido no período de 08 de junho de 2009 a 30 de junho de 2011, em vinte e nove municípios da região do Vale do Ivaí, Paraná. A equipe do referido projeto foi constituída por três professores universitários dos cursos de administração, serviço social e de contabilidade, dois recém-formados dos cursos de administração e turismo e quatro estudantes de graduação vinculados aos cursos de administração, serviço social e design de moda.

como ferramenta de suas políticas públicas e de organizações não governamentais voltadas ao apoio às comunidades e populações de baixo poder aquisitivo e que sofrem com a ausência de políticas públicas em várias áreas.

Nas últimas décadas, percebe-se o crescimento de práticas intituladas como sendo de economia solidária no Brasil e em várias partes do mundo, e que, por sua vez, tem proporcionado outras perspectivas a pessoas e populações excluídas do acesso ao trabalho. Atualmente, a economia solidária tem seus princípios conceituais mais edificados por meio de experiências e modelos de produção e consumo viáveis e eficazes, ainda que em meio à informalização no mundo do trabalho. Essa forma de organização das alternativas coletivas aponta para outra lógica de economia possível e necessária numa perspectiva de desenvolvimento justo e sustentável, porém não distante de contradições e incompreensões quando da sua abordagem.

Com a ascensão do globalismo e ao adotar políticas neoliberais, em que se configura a ideologia de um Estado mínimo com menor intervenção econômica e social, constata-se, no Brasil, que o Governo Fernando Henrique Cardoso não consegue evitar os níveis de desemprego estrutural bem como a perda de níveis consideráveis de emprego conjuntural. É nesse cenário que a informalização ganha proporções irreversíveis e que, em 1998, em sua campanha eleitoral, Luís Inácio Lula da Silva propõe: para geração de mais empregos, outra política econômica se faz necessária, que promova estabilidade monetária, crescimento da economia de forma que a sociedade se torne mais justa e solidária.

Com soberania, estabilização, crescimento e solidariedade será possível a constituição de um Plano Nacional de Emprego, que articule políticas de geração de empregos, um efetivo sistema público de emprego, políticas emergenciais e a rápida e consistente negociação em fóruns setoriais e nacionais. Esses fóruns deverão definir novas políticas e mudanças institucionais necessárias à consolidação de condições e relações de trabalho democráticas e modernas, capazes de favorecer a passagem do Brasil ao século XXI (MATTOSO, 1999, p. 44).

Em 2003, o presidente Lula coloca suas propostas de governo em ação, tendo como carro chefe o programa *Fome Zero* e o *Programa Nacional de Emprego*, executados por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Dando sequência ao Plano Real e em meio à criação de diversas políticas sociais, o governo Lula estrutura e institucionaliza a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao

Ministério do Trabalho e Emprego, e sob coordenação dessa Secretaria instala o Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES) em 2006.

Foi um importante e desafiador passo para o avanço da economia solidária como política pública no âmbito do poder público federal. A I Conferência Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2006a) estabelece como valores da economia solidária: equidade, educação solidária, direitos e responsabilidades, organização e gestão, tendo como um dos principais objetivos o de afirmar a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento, compartilhando valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade.

Com o surgimento de inúmeras vertentes e experiências voltadas à perspectiva da economia solidária, várias conferências foram realizadas para debater os limites e as possibilidades das ações empreendidas.

No âmbito do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), a economia solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras de forma coletiva e autogestionária. Contudo, diante das distintas experiências de empreendimentos, a economia solidária tem sido amplamente discutida, principalmente a partir da assunção e desenvolvimento de iniciativas no campo das políticas públicas.

A indução de políticas, programas e projetos voltados à geração de trabalho e renda, orientados pelo governo federal e por governos estaduais, leva o poder local a instituir um paradoxo de si mesmo, no propósito de alcançar os objetivos almejados pelos programas sociais, sendo levado a rever ou explicitar a cultura de mandonismo e tutela historicamente existentes em determinadas regiões e/ou localidades; também para atingir metas estatísticas, sendo, por vezes, indiferente à própria instituição de direito e percebe-se até a convivência entre os detentores de capital e o poder local.

Nesse sentido, este trabalho objetiva discutir alguns dos paradoxos que envolvem atualmente a economia solidária como importante elemento das políticas públicas para a geração de trabalho e renda no Brasil. Para tal discussão, apresenta-se a situação dos trabalhadores e trabalhadoras da região com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Vale do Ivaí no estado do Paraná. A

partir da pesquisa realizada nessa região, percebeu-se que a preocupação em garantir ocupação e gerar renda à população tornou-se preponderante para as prefeituras municipais, alvo de estudo e da intervenção do projeto de extensão ora apresentado. O exemplo disso é a participação de organismos públicos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e organizações não governamentais como as Associações de Proteção a Maternidade e Infância (APMI) na gestão das crocheteiras de barbante do Vale do Ivaí, onde muitas famílias ganham, no máximo, R\$ 250,00 reais por mês pelo artesanato produzido, contando com o incentivo das prefeituras por meio de subsídios públicos.

Para melhor compreender o assunto em questão, este artigo encontra-se estruturado em cinco partes além da introdução. A primeira refere-se à questão do desemprego estrutural no contexto do desenvolvimento capitalista, abordando aspectos sobre o desenvolvimento tecnológico, a transformação das relações de trabalho e o surgimento de formas alternativas de trabalho. Na segunda parte, é apresentada a emergência dos programas contra a fome e a pobreza no Brasil, assim como o incentivo à organização da sociedade civil para enfrentamentos e avanços nas políticas sociais públicas. Trata a terceira parte dos procedimentos metodológicos adotados para a realização da investigação junto aos trabalhadores de empreendimentos ditos como sendo da economia solidária do Vale do Ivaí. A análise dos resultados desta pesquisa encontra-se na quarta parte que, por sua vez, precede as conclusões.

2 CAPITALISMO E DESEMPREGO

O capitalismo se desenvolve por meio da acumulação de capital, que se dá a partir da mais valia, possibilitando a concentração de renda e riqueza nas mãos de uma minoria, em detrimento da pobreza e da miséria de parcela significativa da população mundial. Borchardt, *apud* Marx (1982, p. 146) versa que “[...] o processo de produção capitalista reproduz [...] e eterniza as condições de exploração do operário. Ele obriga constantemente o operário a vender sua força de trabalho para viver, permitindo ao capitalista comprar constantemente essa força para se enriquecer”.

Para Barbosa (2007, p. 57),

[...] a subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca é a marca distintiva do sistema e isso só foi possível na medida em que se transformou a produção de riqueza no objetivo dos homens mediante a separação entre valor de uso e valor de troca desconexão entre necessidade e produção de riqueza.

Outro fator de promoção do desemprego é o investimento capitalista em novas tecnologias para os meios de produção, em que o principal objetivo é: o aumento da produtividade com menos mão de obra empregada. Esse tipo de investimento é histórico, como expressa Mattoso (1999, p. 32).

Desde a I Revolução Industrial do século XVIII, as inovações tecnológicas têm sido recorrentemente consideradas uma ameaça aos empregos, sobretudo nos períodos de crise. Se no início os trabalhadores destruíram as primeiras máquinas têxteis, assustados com as consequências de sua introdução, hoje há quem considere que caminhamos rapidamente em direção ao “fim do trabalho”.

Com o surgimento de novas tecnologias, o operariado sem mão de obra qualificada, tendo somente sua força de trabalho como meio de troca, se vê descartado dos meios de produção modernizados, sujeitando-se à precarização do seu trabalho e sendo responsabilizado pelo seu desemprego, como justificam Gonçalves (2006) e Mattoso (1999).

Sabe-se que as amarras e as várias formas de coerção social e econômica existentes na sociedade do capital obrigam aqueles que têm como único meio para assegurar a sua força de trabalho, a se sujeitar às condições extremamente precarizadas e destrutivas, estando dentro ou fora do mercado formal de trabalho (GONÇALVES, 2006, p. 53).

A “empregabilidade” passou a ser expressão dessa responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação, etc. Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o “salve-se quem puder” (MATTOSO, 1999, p. 20).

Mattoso (1999) ainda salienta que as medidas tomadas pelo Estado para enfrentamento ao desemprego e à precarização das relações de trabalho são insuficientes e ineficazes, pois não são acompanhadas de crescimento econômico sustentável. Isto se deve, conforme Yasbek (2009, p. 9) pela “[...] profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado.” O resultado de tal incompatibilidade, segundo a autora, se expressa pelo incentivo a práticas assistencialistas e filantrópicas que remetem a questão social a problemas individuais e, não, estruturais, desresponsabilizando o Estado na efetivação dos direitos e, assim, agravando mais as desigualdades sociais.

Dessa configuração irrompem o surgimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho, pela necessidade de os trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda.

Na concepção de Mance (2008), torna-se urgente e necessária a busca por um novo modelo de organização da sociedade, com um modo de produção que coloque em primeiro lugar o atendimento das necessidades humanas, promovendo relações sociais baseadas na solidariedade, na justiça social e na preservação do meio ambiente.

Torna-se importante destacar que o debate apresentado por Mance (2008) e por outros autores inspirados na economia solidária se encontra ancorado na crítica ao modo de produção capitalista e nos princípios que o constituem, bem como na necessária e fundamentada compreensão das experiências, ainda que localizadas, que problematizam e questionam os princípios desse modelo econômico, social, político e cultural em vigência. Trata-se do exercício de vislumbrar e compreender possibilidades concretas de crítica acerca do desenvolvimento metamórfico do capital a partir de iniciativas e experiências de produção e consumo promovidas pelos trabalhadores e trabalhadoras por meio de suas diversas formas de organização, algumas delas mediadas pelo Estado. Compreende-se que essas experiências, e o debate que delas emana, se realizam no interior do sistema capitalista, carregando, portanto, as contradições que as caracterizam e também a sinalização das alternativas possíveis de serem enxergadas para crítica e problematização desse modelo em vigência.

3 POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao descrever a função do Estado no combate à fome e à pobreza, Peliano, Resende e Beghin (1995) ressaltam que esse desafio se encontra vinculado ao compromisso do governo federal com a estabilidade da moeda, o crescimento econômico e a melhor distribuição de renda. Esse compromisso destaca sua prioridade às áreas da saúde e da educação, desenvolvendo ainda políticas essenciais que venham a promover a cidadania e a inclusão social, por meio da garantia do atendimento mínimo das necessidades básicas, voltada à população mais vulnerável.

Com políticas públicas arrojadas, o território nacional se torna fértil para a ampliação e firmação da economia solidária como alternativa de geração de trabalho e renda. A instalação do SENAES, em 2003, junto ao MTE, e a promoção da I CONAES, em 2006, confirmam o reconhecimento da economia solidária como uma ferramenta importante para implementação dos programas sociais do Governo Lula.

As conferências estabelecem um elo entre as ações do Estado e proposições da sociedade civil, sendo constituídas pelos mais diversos organismos civis, tais como: sindicatos, igrejas, ONGs e

empreendimentos solidários que interagem diretamente com representantes de diferentes instâncias de governo.

Durante as conferências foram discutidos fatores que refletem e orientam a economia solidária enquanto política de Estado, debatendo os paradoxos e as possibilidades de sua efetivação, sendo que seus pilares são estabelecidos durante as conferências regionais, estaduais e nacional (BRASIL, 2006a).

A economia solidária é atualmente um conceito amplamente utilizado no mundo todo, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. No âmbito internacional, a economia solidária se consolidou como questão central nas edições do Fórum Social Mundial, na articulação com as experiências de outros países e principalmente dos países da América do Sul.

Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, solidariedade, sustentabilidade econômica e ambiental. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e provavelmente não funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes no que se refere ao entendimento da economia solidária.

Mance, *apud* BRASIL, 2006a p. 111) define os pilares da Economia Solidária como

[...] cooperação no modo de organização, produção, distribuição e consumo que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes; autogestão é a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões; solidariedade é uma transformação da mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, onde todos os seres humanos fazem parte de uma mesma comunidade universal, em igualdade de direitos e de deveres humanos e; sustentabilidade – é a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

Nunes (2002, p. 2) sintetiza como passíveis de caracterização alguns princípios que deveras outorgam um empreendimento como sendo de economia solidária, sendo eles:

[...] motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, tanto nas de produzir e consumir bens e serviços, como na de distribuí-los e comercializá-los; Referências de êxito distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almejadas; Processos de autogestão e autonomia, implicando lógicas de participação e estímulo ao engajamento; Criatividade e soluções alternativas, face aos problemas e negócios, visando à inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas e; Preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes.

Sendo assim, os empreendimentos econômicos solidários podem ser conceituados como aquelas organizações:

[...] a) coletivas organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.; b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural, que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e; e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (BRASIL, 2006b, p. 13).

A economia solidária tem como proposta genuína inserir o ser humano no centro da atividade econômica, valorizando o trabalho como gerador de riquezas, fortalecendo relações econômicas e sociais com base na autogestão, na solidariedade, nas práticas de produção, de comercialização e de consumo. Tal processo passa pela estruturação de um conjunto de organizações que se retroalimentam por meio de redes colaborativas solidárias, experiências de compras coletivas, de constituição de moedas sociais, de bancos comunitários, de cooperativas, de empresas de autogestão, enfim, de inúmeras formas de organização que apontam para outra lógica de economia possível e necessária ao desenvolvimento justo e sustentável (MANCE, 2008).

O relativo sucesso das políticas públicas de geração de trabalho e renda induzidas e/ou apoiadas pelo Governo Lula se dá, em partes, devido à atenção e incentivo que a economia solidária vem recebendo nesta última década.

É nessa perspectiva, que a economia solidária pode exercer um papel fundamental no desenvolvimento econômico, na construção de outra cultura política e de gestão, apontando para um modo de produção alternativo que seja capaz de se posicionar criticamente contra o sistema

capitalista. Deve-se, porém, considerar a sua fragilidade ao defender a constituição de uma nova sociedade, haja vista a sua atual dependência do desenvolvimento capitalista e das contradições a ela inerentes como, por exemplo, o acesso e o uso das tecnologias, a conquista de novos mercados, as relações de consumismo e as expressões de poder no interior das relações de trabalho dentre outras formas de vínculo ao atual sistema.

Os desafios concernentes à situação de desemprego e a busca de alternativas para diminuir a exclusão do trabalho e o desenvolvimento econômico também estão presentes na região do Vale do Ivaí, no estado do Paraná.

Segundo consta no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a região do Vale do Ivaí, localizada no centro-norte do estado do Paraná, é formada por vinte e nove municípios cujo IDH geral médio se mantém próximo dos 0,718 pontos. O IDH da renda geral média é de 0,624 pontos e o salário mínimo médio da região alcança R\$ 605,52 (IPARDES, 2009). O maior IDH registrado no estado é o do município de Curitiba com 0,856 pontos e o de menor IDH, no município de Ortigueira, com 0,620 pontos. Diante desse cenário, se desenhou e se implementou o Projeto de Extensão Tecnológica Empresarial, vislumbrando a possibilidade de atendimento dessas demandas surgidas nesses municípios de baixo IDH.

Ao admitir a economia solidária como alternativa inserida dentro do contexto da produção capitalista, destaca-se a necessidade de se aprofundar a discussão sobre o assunto, na medida em que, a partir dessas iniciativas, tenha-se condições de oferecer uma melhor condição de vida a um número significativo de trabalhadores, acompanhada da reflexão crítica sobre sua realidade. A experiência de extensão universitária desenvolvida também a reflexão acerca dos contornos e percursos metodológicos trilhados pela equipe do projeto na relação com as crocheteiras de barbante vinculadas aos empreendimentos solidários desenvolvidos e estudados na referida região.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados pelo Projeto de Extensão para o diagnóstico de empreendimentos que vivenciam os princípios da economia solidária na região do Vale do Ivaí pautaram-se no levantamento bibliográfico sobre o tema e na coleta de dados secundários, como bases iniciais da formatação do processo de pesquisa em si, que possibilitou preencher as lacunas interrogativas de forma qualitativa e exploratória.

A partir da revisão bibliográfica sobre o tema central da pesquisa, obteve-se um quadro teórico de referência norteador do referencial empírico.

A coleta de dados ocorreu via desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, que se alicerça, em especial, na realização de pesquisas em referenciais bibliográficos (fontes secundárias). Além disso, buscaram-se informações diretas por meio da coleta de dados primários com os atores sociais envolvidos em projetos pertencentes aos vinte e nove municípios da região do Vale do Ivaí.

A aproximação do campo empírico se deu a partir do levantamento de informações junto às prefeituras dos municípios do Vale do Ivaí, por meio das secretarias ou de órgãos responsáveis pelo acompanhamento das cooperativas de geração de trabalho e renda e projetos de economia solidária. Para isso, empregou-se, como instrumento de identificação, um roteiro sistematizado de perguntas para uma caracterização e mapeamento inicial.

Dentre as vinte e nove prefeituras consultadas, treze delas tinham projetos de economia solidária, sendo sete voltados ao ramo do vestuário e um ao ramo de calçados. Outras prefeituras informaram a existência de projetos de outros segmentos ou de empreendimentos que não se caracterizavam como de economia solidária.

No sentido de ampliar a abrangência da pesquisa, verificaram-se criteriosamente os ambientes virtuais que continham informações sobre empreendimentos solidários e que pudessem confirmar as informações recebidas das prefeituras consultadas. Por meio dessa ação, foi possível encontrar o cadastro do sitio *Cirandas* (*sublink* do *site* do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES) e o cadastro geral de empreendimentos solidários do Brasil ligados ao FBES, para o estabelecimento de um comparativo entre cadastros de projetos de economia solidária que nomeassem e caracterizassem os empreendimentos de economia solidária existentes na região da pesquisa.

Ao agrupar as informações extraídas do contato telefônico e dos cadastros virtuais, verificou-se a existência de quatorze empreendimentos em um total de treze municípios, sendo que um dos municípios continha dois empreendimentos que compuseram a amostra não-probabilística estratificada desta pesquisa. Na sequência, foram realizadas entrevistas *in loco* por meio do deslocamento da equipe de pesquisadores até os municípios identificados munidos de um roteiro semiestruturado contendo quarenta e quatro questões abertas e fechadas com base nos resultados

obtidos via revisão teórica sobre economia solidária. Os itens constantes no roteiro das entrevistas foram divididos em: caracterização, histórico, forma organizacional, estrutura organizacional e atividade econômica.

A entrevista foi utilizada em função da necessidade de obter dados que não são encontrados em registros e fontes documentais, mas que poderiam ser fornecidos pelos sujeitos da pesquisa.

Os princípios da autogestão, solidariedade, cooperação e sustentabilidade compuseram as categorias de análise do conteúdo das entrevistas.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

O instrumento de pesquisa foi aplicado em sete empreendimentos do total de quatorze identificados, possibilitando apresentar as condições dessas organizações no que se refere à sua estrutura, à produção, à comercialização, ao consumo e à formação e qualificação social e profissional, abrangendo os princípios que regem a economia solidária.

O instrumento não foi aplicado nos sete outros empreendimentos por dois motivos: quatro deles tratavam de serviços a terceiros em confecção de tapetes em barbante, não se configurando na proposta da pesquisa e, com os outros três empreendimentos, apesar de constarem nos cadastros virtuais, não foi possível contato devido à sua inexistência verificada ao se realizar visita *in loco*.

Pode-se constatar que os empreendimentos implantados no Vale do Ivaí surgiram de iniciativas pontuais dos governos estadual e federal e de organizações não governamentais, com a perspectiva de geração de trabalho e renda, frente à situação dos altos níveis de desemprego.

Em muitos empreendimentos esse apoio se restringiu à simples doação dos equipamentos para o desenvolvimento da atividade produtiva. Isso permitiu que tais grupos fossem facilmente aliciados por empresários que utilizam da estrutura dos empreendimentos para terceirizar sua produção.

Como resultado desse processo, em alguns dos municípios, verificou-se uma situação crítica de oportunismo e exploração de alguns empreendimentos que foram cadastrados anteriormente nos sistemas informacionais do governo estadual como sendo de economia solidária, mas que apresentam atualmente outra configuração. Exemplo disso foi a realidade de muitas famílias que

ganham, no máximo, R\$ 250,00 reais por mês, apesar de despenderem uma grande quantidade de horas de trabalho no artesanato de barbante nos municípios visitados.

Por meio da pesquisa foi possível perceber que algumas prefeituras oferecem incentivo por meio de subsídio público para a manutenção da organização dessas famílias, sendo que a produção delas é comprada por pessoas e empresas privadas por valores irrisórios, se comparados aos encontrados no mercado. Com isso, pessoas físicas e jurídicas de outros estados têm se conveniado com algumas prefeituras da região, estabelecendo relações que facilitam ainda mais a exploração de tão fragilizada mão de obra.

Nessa forma de trabalho, o modo de produção capitalista mais uma vez mostra sua capacidade de mutação, ou seja, extrapola o espaço organizacional formatado para produção para ocupar o espaço das próprias residências dos indivíduos, uma vez que, para alcançar as metas estabelecidas pelos tais compradores, os artesãos levam a produção do artesanato em barbante para dentro de suas casas, envolvendo toda sua família, inclusive filhos menores, para tal tarefa.

Nessa condição, os trabalhadores têm menos chances de mobilização coletiva e seu reconhecimento de identidade de classe devido ao desconhecimento dos pares no espaço de produção. Além disso, não estão evidentes os princípios de autogestão, solidariedade, cooperação e sustentabilidade nesse modelo de produção.

Mesmo os empreendimentos visitados parecem estar distantes de serem reconhecidos como sendo de economia solidária do ponto de vista teórico. O desconhecimento conceitual se apresentou evidente nos diálogos travados entre a equipe de entrevistadores e os trabalhadores/trabalhadoras de cada um dos empreendimentos, porém, indiretamente, foram perceptíveis algumas características da economia solidária.

Observou-se que, muito embora haja o espírito cooperativista no cotidiano desses grupos, há situações que demonstram a distância entre a realidade dos empreendimentos e os princípios da economia solidária.

No que se refere à autogestão, percebe-se que as decisões são tomadas a partir de um diálogo entre os integrantes dos grupos, o que aponta para uma gestão mais democrática nesses

empreendimentos. Verificou-se, ainda, que muitas das regras preestabelecidas vigoram de forma verbal e passam a ser consentidas por todos os membros do grupo. Por outro lado, fica evidente a necessidade do registro escrito das regras, a fim de formalizá-las.

Cumprir destacar que, em apenas dois dos empreendimentos visitados, a estrutura da autogestão está documentada em estatuto constituído pelos próprios atores sociais do empreendimento.

Pode-se constatar que a solidariedade é algo presente nesses empreendimentos, na medida em que o indivíduo se reporta aos membros do grupo a que ele ou ela pertence. Além disso, perceberam-se a preocupação com a ajuda mútua, o respeito às diferenças, a reciprocidade, a motivação e a divisão justa do trabalho.

Na sustentabilidade ambiental, notou-se que há ainda um baixo envolvimento e poucas ações efetivas, escassos mecanismos e programas que tratem da reflexão e da orientação sobre essa perspectiva. Em um dos grupos, a preocupação com o meio ambiente se expressa na forma de destinarem seus resíduos a empresas especializadas. Outros, porém, ainda, por questões estruturais e de responsabilização, não dão um destino adequado aos seus resíduos.

A existência e a continuidade de cinco empreendimentos se devem às atividades de fabricação de forma terceirizada, atribuída por médias e grandes empresas do ramo de vestuário das cidades maiores da região que pagam a esses empreendimentos por peça produzida. Em todos os empreendimentos pesquisados citados, verificou-se uma extrema dependência dessas empresas para a manutenção das atividades. Além disso, notou-se a informalidade na prestação de serviço e o excesso de trabalho na medida em que as pessoas recebem por produção.

De modo geral, observou-se que, ao se dedicarem ao trabalho por muitas horas, os/as trabalhadores/as não encontram momentos para discutir e tomar decisões coletivamente. Constata-se que o/a trabalhador/a se apresenta atrelado aos interesses de um terceiro que o/a explora e que não possibilita uma melhor condição de vida para essas pessoas. Trata-se da extrema exploração dos que necessitam de um trabalho, violando todos os direitos previstos na legislação brasileira.

É presente a necessidade de orientação técnico-política na perspectiva de que esses grupos comecem a refletir sobre sua organização, a fim de empreenderem um esforço em buscar ações que mais se aproximem de empreendimentos com características da economia solidária.

Não resta dúvida de que as pessoas inseridas nesses grupos são motivadas pela satisfação dos mais diversos interesses pessoais, dentre os quais, se destaca o fato de esses empreendimentos gerarem uma renda, ainda que pequena. Por outro lado, essa fragilidade por parte dos trabalhadores tem possibilitado a manutenção de práticas extremamente perversas por alguns empresários.

Pode-se observar ainda as dificuldades na aceitação de alguns trabalhadores em estabelecer relações de trabalho onde não há um chefe ou proprietário, sendo essa uma cultura ainda em construção. Diante da naturalização de que alguém manda e muitos obedecem, predomina a prática de dominação em que os trabalhadores se submetem a regras impostas pelo empregador reproduzidas, por vezes, no cotidiano entre os trabalhadores envolvidos nesses empreendimentos.

Reflete-se que o princípio da economia solidária, que prega a autogestão e as relações horizontalizadas de trabalho, não está imune ao surgimento de lideranças autoritárias e antidemocráticas dentro dos grupos de trabalho, permitindo até a total descontinuidade do espírito associativista e seus pilares. Trata-se, portanto, da importância de debater as ocorrências dessa natureza em empreendimentos de economia solidária, haja vista que o elemento *poder* tem sido tratado por vários autores dessa temática como algo que modifica e transforma as relações e as pessoas que a ele se submetem.

Outro aspecto que tem dificultado a perspectiva da economia solidária no Vale do Ivaí é o fato de os empreendimentos não dominarem instrumentos de planejamento, nem terem um conhecimento técnico mais detalhado sobre fabricação de peças do vestuário, nem mesmo os seus trabalhadores, reconhecerem-se como cidadãos e cidadãs de direito, possibilitando, assim, uma gestão capaz de ampliar o mercado e agregar valor ao que é produzido, a fim de que haja uma maior remuneração a esses trabalhadores e trabalhadoras.

6 CONCLUSÃO

Uma das prerrogativas do capitalismo é a liberdade de contrato e de associação para implementação da economia, o que não impede e até incentiva outras formas de desenvolvimento, devido a sua limitada capacidade de absorver toda a população economicamente ativa.

Diante das crises oriundas dessa capacidade limitada do sistema capitalista, dentre aqueles que de forma sintomática buscam novos meios de sustentação e de melhoria de condição de vida, a

economia solidária emerge como alternativa para uma parcela da sociedade desprovida da oportunidade de se considerar cidadãos dignos e capazes de produzirem sua própria renda.

Ainda que seja emergente e portadora de uma perspectiva teórico-política crítica do sistema capitalista com vistas a sua superação, à economia solidária ainda não se pode creditar a capacidade de rompimento total com o atual sistema, fato este explicitado pela constante dependência e vínculo às evoluções do atual sistema capitalista.

A economia solidária passa a ser uma alternativa de enfrentamento do capitalismo, não existindo fora e na periferia do sistema, mas estando paradoxalmente dentro, utilizando-se desse sistema para a sua existência, inclusive dependendo das atuais ferramentas informacionais, de comunicação e do avanço da globalização.

Comparativamente, notam-se nos empreendimentos pesquisados na região do Vale do Ivaí algumas semelhanças que possibilitam outras análises e conclusões para um posterior trabalho; as questões de gênero são marcantes nos empreendimentos, pois diagnosticou-se que a maioria deles é composta por mulheres com grau de instrução não superior ao ensino médio.

Conclui-se sobre a necessidade prioritária de firmar convênios, desenvolver produtos e interligar tais empreendimentos a outros do mesmo segmento, para que possam, conjuntamente, ter capacidade competitiva e de sobrevivência num mercado em plena expansão, ou seja, o mercado de comércio justo e solidário.

Propõe-se, ainda, uma releitura, não só de estrutura, mas também da possibilidade de emancipação desses trabalhadores por meio da ampliação da reflexão, da oportunidade de aquisição e socialização de novos conhecimentos e da mudança de valores. Para isso, faz-se necessário aprofundar a compreensão sobre como agem os atores sociais no cotidiano desses empreendimentos, viabilizando discussões que possam apontar para uma melhor organização e consolidação das iniciativas de economia solidária na região do Vale do Ivaí e, mais ainda, para a melhoria das condições de vida dos cidadãos dessas localidades.

Percebe-se que a economia solidária, como ferramenta de ação das políticas públicas desde a década de 1990, colaborou para sua ampliação. Cabe, porém, notar a sua precariedade por ainda não se

tratar de uma política efetiva de Estado e de não ter reconhecimento jurídico como forma organizativa, que se baseia no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade.

Os governos têm se esforçado para o desenvolvimento da economia solidária, sendo essa uma estratégia inteligente de cancelar outros modelos de organização que venham a minimizar os efeitos das políticas neoliberais, as quais privilegiam os interesses dos grupos econômicos mais poderosos e relegam a segundo plano as garantias sociais de direito dos cidadãos que, não as tendo, partem na busca de alternativas para a sua sobrevivência precária e limitada de possibilidades de condições de vida digna. Cabe ressaltar o caso das crocheteiras de barbante que mostra a convivência do Estado em situações degradantes, uma vez que as prefeituras acabam cancelando as atividades e os arranjos produtivos que têm explorado ainda mais o trabalho humano nesses pequenos municípios do Paraná.

Para reafirmar a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento, reforçando os valores e princípios que regem as práticas do trabalho em conjunto, cumpre destacar que o governo federal promoveu, em 2010, a II CONAES, com o lema *Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável*, com a proposta de reformulação do marco legal que instituiu a economia solidária como política pública e modelo de desenvolvimento.

Cabe, portanto, a permanente reflexão sobre as iniciativas de economia solidária que, crítica e criativamente, vem-se desenvolvendo nos diversos territórios e pelos diferentes sujeitos, ampliando o escopo de possibilidades de produção, de consumo e de formação crítica acerca da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras desses empreendimentos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rosângela N. C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **I Conferência Nacional de Economia Solidária**. Brasília: DOU, 2006a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: DOU, 2006b.

FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FÓRUM. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Disponível em: <<http://cirandas.net>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências de Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente

IPARDES, Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/anuario_2008/index.html> Acesso em: 15 mar. 2010.

MANCE, Euclides André. **Constelação solidários**: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. 7. ed. Ed. resumida por, Julian Borchardt. Rio de Janeiro: CTC, 1982.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2. ed., São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

NUNES, Débora. A construção de uma experiência de economia solidária num bairro periférico de Salvador. Bahia **Análise & Dados**, Salvador. SEI. v.12. n.1., p.5.976- p final, jun. 2002.

PELIANO, A. M.; RESENDE, L.F.; BEGHIN, N. A comunidade solidária: uma estratégia de combate à fome e à pobreza. IPEA– Brasília: out. 1995. (Mimeo).

SANTOS, Boaventura de Souza (Org). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva (org.). **A comunidade solidária**: o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009, p. inicial e final

Marcio Pascoal Cassandre

Professor adjunto da Universidade Estadual do Paraná. Doutor em Administração pela Universidade Positivo (2012). Mestrado em Administração pela UEM (2008). Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Avenida Minas Gerais, 5021 . Centro . 86800970 - Apucarana, PR – Brasil . mcassandre@hotmail.com.

Carine Maria Senger

Professora assistente do departamento de Ciências Contábeis da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Graduada em Ciências Contábeis e Administração com mestrado em Desenvolvimento Gestão e Cidadania. Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Avenida Minas Gerais, 5021 . Centro . 86800970 - Apucarana, PR – Brasil . carine.senger@gmail.com.

Wagner Roberto do Amaral

Professor adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Serviço Social. Rodovia Celso Garcia Cid . Jd. Perobal . 80240-020 - Curitiba, PR – Brasil . wramaral2011@hotmail.com .

Emília Vella Falleiros Neta

Graduada em Serviço Social . Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Avenida Minas Gerais, 5021 . Centro . 86800970 - Apucarana, PR – Brasil . milavfn@hotmail.com